

SUMÁRIO

Prefeitura de Beberibe - CE

Professor Educação Básica PEB II

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal	1
Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	15
Estrutura textual: progressão temática; parágrafo	19
Frase, oração, período, enunciado; Termos da oração; Processos de coordenação e subordinação	20
Pontuação	23
Coesão e coerência.....	27
Variada linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa.....	28
Norma culta: ortografia	30
Acentuação.....	34
Cargo do sinal indicativo de crase.....	36
Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	38
Classes de palavras; Morfologia: reconhecimento, cargo e sentido das classes gramaticais	40
Flexão verbal e nominal; Cargo de tempos e modos dos verbos em português; Transitividade e regência de nomes e verbos	52
Regência	56
Concordância nominal e verbal	59
Sintaxe de colocação; Padrões gerais de colocação pronominal no português	61
Produção textual.....	63
Semântica: sentido e EMPREGO dos vocábulos; campos semânticos.....	69
Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica	70
Estilística: figuras de linguagem	73
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	78
Norma culta	80
Questões	83
Gabarito.....	94

SUMÁRIO

SUMÁRIO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Arquitetura de computadores	2
Sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11)	9
Procedimentos de backup e recuperação contra desastres	24
Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace)	25
Rede de Computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	96
Grupos de discussão.....	104
Redes sociais	107
Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (E-mail do Windows, Mozilla Thunderbird e similares).....	110
Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhatsApp, Telegram, Skype, Discord, etc.).....	117
Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (IaaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft, etc.).....	119
Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	122
Importação e Exportação de Dados: tipos de documentos e formatos, conversões, importação e exportação.....	129
Algoritmos e Programação de Computadores: fundamentos, construção e análise de algoritmos, pseudocódigos, fluxogramas, programação estruturada (Python, JavaScript, etc.).....	130
Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhatsApp, Telegram, Skype, Discord, etc.).....	136
Ambientes Corporativos: serviços de rede, autenticação e autorização, domínio, compartilhamento de pastas e recursos.....	137
Questões	139
Gabarito.....	148

SUMÁRIO

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A Administração Pública: princípios da Administração Pública	1
Poderes administrativos	7
Atos administrativos	17
Licitações e contratos administrativos.....	39
Serviços públicos.....	88
Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; Cargo, emprego e função pública	106
Órgãos públicos.....	129
Improbidade administrativa	132
Processo administrativo	144
Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º	151
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - art. 5º	153
Dos Direitos Sociais - arts. 6º ao 11º.....	160
Da Nacionalidade - arts. 12º e 13º	163
Dos Direitos Políticos - arts. 14º ao 16º	166
Da Organização Político-Administrativa – arts. 18º e 19º	169
Dos Municípios – arts. 29º ao 31º	172
Da Administração Pública – arts. 37º ao 41º.....	176
Questões	186
Gabarito.....	192

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio Lógico. Sequência lógica.....	1
Conjuntos: relações de pertinência, inclusão, igualdade e operações	8
Razão e Proporção.....	14
Geometria Plana.....	17
Geometria Espacial	19
Regra de três simples e composta	29
Porcentagem e Juros Simples.....	31
Sistema Lineares.....	34
Progressão Aritmética e Geométrica.....	38

SUMÁRIO

Análise Combinatória e Probabilidade	41
Estatística: média, moda e mediana	48
Trigonometria no Triângulo Retângulo	50
Álgebra básica.....	52
Questões	61
Gabarito.....	69

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

História de Beberibe; Aspectos geográficos e Municípios circunvizinhos; Emancipação.....	1
Estatuto dos servidores do Município - Lei Municipal nº 582, de 15 de fevereiro de 2000.....	3
Plano de Cargos e Carreiras – Lei Municipal nº 1.027, de 26 de março de 2010. e alterações posteriores	3
Questões	4
Gabarito.....	8

DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO

Educação, escola, professores e comunidade.....	1
Papel da didática na formação de educadores	1
A revisão da didática	4
Tendências pedagógicas no Brasil e a didática	5
Aspectos fundamentais da Pedagogia.....	8
Disciplina, uma questão de autoridade ou de participação?.....	9
Os componentes do processo didático: ensino e aprendizagem; O processo de ensino; O processo de ensinar e aprender; Didática e Metodologia	13
O compromisso social e ético dos professores	23
O currículo e seu planejamento.....	24
O Projeto Pedagógico da escola	37
O Plano de Ensino e Plano de Aula	41
Relações professor-aluno: a atuação do professor como incentivador e aspectos socioemocionais; O relacionamento na sala de aula	48
A relação objetivo-conteúdo-método.....	54
Avaliação da aprendizagem. Funções da avaliação. Princípios da avaliação	55

SUMÁRIO



Superação da reprovação escolar.....	61
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96, de 20/12/96: Do Ensino Fundamental. Da Educação de Jovens e Adultos. Da Educação Especial	62
A LDB e a formação dos profissionais da Educação.....	94
Temas contemporâneos: bullying	94
O papel da escola.....	95
A escolha da profissão	96
Teorias do currículo	97
Acesso, permanência com sucesso do aluno na escola.....	99
O planejamento escolar: importância; requisitos gerais; os conteúdos de ensino ; Gestão da aprendizagem	100
Planejamento e gestão educacional.....	112
Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.....	113
O professor: formação e profissão	117
Questões	120
Gabarito.....	129

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Competências e habilidades propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental para a disciplina de Língua Portuguesa	1
Relações contextuais e intertextuais entre gêneros textuais, épocas, autores e mídias na literatura brasileira	3
A linguagem literária; Elementos da teoria literária (narrador, personagens, tempo etc.) em produções artísticas de diferentes momentos históricos e tendências culturais, mediante análise de textos e obras no Brasil.....	15
Compreensão literal - relações de coerência. Ideia de coerência. Ideia principal. Detalhes de apoio. Relações de causa e efeito. Sequência temporal. Sequência espacial; Relações de comparação e contraste.....	16
Relações coesivas: referência, substituição, elipse e Repetição	20
Índícios contextuais: definição, exemplos, re colocação, estruturas paralelas, conectivos, repetição de palavras-chave	23
Relações de sentido entre palavras: sinonímia/antonímia, hiperonímia/hiponímia, campo semântico	25
Compreensão textual versus interpretação textual	28
Compreensão interpretativa: Propósito do autor; Informações implícitas; Distinção entre fato e opinião.....	29

SUMÁRIO



Organização retórica: generalização, exemplificação, descrição, definição, exemplificação/especificação, explanação, classificação e elaboração	31
Seleção de inferência: compreensão crítica.....	34
Recursos estilísticos e estruturais: aspectos textuais, gramaticais e convenções da escrita	34
Fatores constitutivos de relevância: coerência e coesão	36
Análise de textos, identificando a estrutura da frase: modos de construção de orações segundo diferentes perspectivas de ordenação, observando-se os aspectos semânticos	36
Uso do vocábulo, quanto ao seu valor e significação dentro do texto	38
Concordância, regência e colocação como fatores de modificação e geração de sentido do texto.....	42
Uso de estruturas verbais e nominais (pronomes, conjunções, preposições, etc.)	42
Descrição linguística aplicada ao texto: orações, sintagmas, palavras, morfemas	42
Variação linguística e preconceito linguístico	53
Observando os níveis de linguagem presentes em gêneros textuais	53
Gêneros Textuais; Identificação dos gêneros; A função social do uso dos gêneros; Confronto de diferentes gêneros identificando as semelhanças e diferenças	55
As tecnologias da comunicação e de informação no ensino da Língua Portuguesa. Hipertexto. Condições de textualidade. A linguagem virtual mediante a visão da Semiótica.....	67
Questões	72
Gabarito.....	84

SUMÁRIO



► Situação Comunicativa

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:

“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

► Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
- **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”



O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

Gerenciamento de Processos

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

- **First-Come, First-Served (FCFS):** atende os processos por ordem de chegada.
- **Round Robin:** distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.
- **Escalonamento por Prioridade:** seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

Gerenciamento de Memória

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

- **Paginação:** divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).
- **Segmentação:** organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.

Gerenciamento de Arquivos

O SO organiza os dados armazenados em dispositivos como discos rígidos e unidades externas. Ele permite criar, acessar, modificar e excluir arquivos e diretórios de maneira eficiente. Para isso, utiliza sistemas de arquivos que definem como os dados são estruturados no armazenamento. Alguns formatos comuns de sistemas de arquivos incluem:

- **FAT32:** amplamente compatível, mas limitado no tamanho máximo de arquivos.
- **NTFS:** padrão do Windows, oferece recursos como permissões, compressão e criptografia.
- **EXT4:** utilizado em sistemas Linux, oferece alta confiabilidade e desempenho.

Além disso, o sistema operacional fornece interfaces que permitem ao usuário organizar arquivos em pastas e subpastas, renomear, copiar, mover ou excluir itens. Também é possível instalar e gerenciar programas, acessando-os por meio de menus, atalhos ou ferramentas de pesquisa.



Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none"> – É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação 	<ul style="list-style-type: none"> – É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, caput da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, caput da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.



Lógica proposicional

uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhoso!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:



HISTÓRIA DE BEBERIBE – ORIGEM INDÍGENA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A origem do município de Beberibe está diretamente relacionada à presença dos povos indígenas da etnia Potiguara, habitantes originários da região. O nome “Beberibe” é oriundo do tupiguarani e pode ser traduzido como “onde o caniço cresce”, uma clara referência à vegetação predominante na área costeira e lacustre da região. A ocupação da terra se iniciou a partir do século XVII, com a colonização portuguesa, e ao longo do século XVIII, surgiram pequenos núcleos populacionais voltados à agricultura de subsistência, pesca e extração de madeiras.

Foi no século XIX, entretanto, que a região começou a ganhar destaque administrativo. Em 5 de julho de 1892, Beberibe conquistou sua emancipação política, deixando de ser subordinado ao município de Cascavel e se tornando uma unidade autônoma da Federação. Essa data é hoje celebrada como feriado municipal, sendo uma das mais importantes para a população beberibense.

A fundação da cidade, portanto, está vinculada a esse marco de autonomia política e administrativa, o que consolidou Beberibe como município independente, com governo próprio e organização institucional em conformidade com os princípios constitucionais da época.

GEOGRAFIA MUNICIPAL E LIMITES TERRITORIAIS

Beberibe está situado no Litoral Leste cearense, a uma distância aproximada de 83 km da capital Fortaleza, com acesso facilitado pela CE040, uma das principais rodovias turísticas do Estado. O município abrange uma área de aproximadamente 1.679 km², com clima tropical quente e semiúmido, apresentando temperaturas médias anuais entre 25 e 30°C.

Seu território é caracterizado por:

- Falésias coloridas, que são formações geológicas esculpidas pela ação do tempo, do vento e do mar;
- Praias famosas, como Morro Branco, Praia das Fontes e Uruaú;
- Dunas e rios intermitentes, que compõem um cenário de ecossistema costeiro.

Falésias de Morro Branco.



Fonte: WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Beberibe. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Beberibe&olddid=70478644>>.



A educação é imprescindível para a formação do cidadão e, conseqüentemente, para a transformação da sociedade, sendo responsável por **multiplicar o conhecimento e desenvolver habilidades que favoreçam a atuação dos indivíduos em suas comunidades.**

Assim, podemos entender a educação como **instrumento transformador**, cuja principal função é permitir a renovação da sociedade, movimentando a estrutura social de forma contínua, bem como, promover a reflexão e encaminhar as tomadas de decisões para o futuro.

Nesse contexto, a escola é responsável por ensinar o aluno a **desenvolver e ampliar suas percepções de mundo** e conscientizá-lo a respeito de seus **direitos e deveres com a sociedade**, trabalhando para a formação de cidadãos atuantes, que contribuem com o bem estar de todos. Além disso, cabe à escola instruir o aluno na **construção de sua carreira profissional.**

Quando pensamos a cerca das concepções de escola e educação, precisamos considerar que a **escolas** são entendidas como **locais de transformação da sociedade**, trabalhando sobre o processo de conscientização da própria realidade do estudante, envolvendo temas relacionados à prática social, que se realiza nas experiências pessoais levadas pelos alunos à sala de aula.

No que se refere às concepções educacionais, estas envolvem três níveis. O primeiro nível é a **filosofia da educação** que busca explicitar suas finalidades e valores, expressando uma visão geral sobre o homem, o mundo e a sociedade. O segundo nível, da **teoria da educação**, sistematiza os conhecimentos disponíveis, permitindo a compreensão do papel da educação na sociedade. Com isso, a pedagogia, estabelece os métodos, processos e procedimentos utilizados no fazer educativo, com o propósito de garantir sua eficácia.

Por fim, o terceiro nível refere-se à **prática pedagógica** propriamente dita, ou seja, refere-se ao modo como é organizado e realizado o processo educativo.

É preciso considerar a existência das concepções educacionais formuladas com base nas escolas tradicionais, tecnicistas e escolanovistas, as chamadas **teorias acríticas** que consideram o descompromisso da escola com as transformações sociais, privilegiando a cultura da elite dominante e contribuindo com a imobilidade social e econômica.

Portanto, podemos entender a expressão “concepções educacionais” como as diferentes formas pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada. Na história da educação, de modo geral, produziram-se diferentes concepções, que transitam entre a escola enquanto agente transformador da sociedade, responsável pela formação de cidadãos conscientes e atuantes dentro de suas comunidades e a escola descompromissada com a transformação da sociedade, privilegiando a elite dominante e formando indivíduos conformados com a realidade social para integrarem a massa trabalhadora.



Conhecimentos Específicos

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental em Língua Portuguesa têm como objetivo central orientar o trabalho pedagógico com base em competências e habilidades que possibilitem a formação de usuários competentes da linguagem. Considerando a função social da linguagem e sua presença em todas as práticas sociais, a proposta dos PCN parte da concepção de que a escola deve propiciar ao aluno o domínio da língua como instrumento de ação no mundo.

O documento baseia-se em uma abordagem interacionista da linguagem, que entende o uso da língua como prática social. Dessa forma, a aprendizagem da Língua Portuguesa não deve restringir-se ao estudo da gramática normativa, mas sim incluir o desenvolvimento de capacidades que possibilitem aos alunos atuarem como leitores, escritores e participantes efetivos em diferentes contextos sociais.

FUNDAMENTOS DA PROPOSTA

A proposta dos PCN está ancorada em três grandes eixos articuladores: a linguagem como prática social, a diversidade textual e discursiva, e a formação de sujeitos críticos e autônomos. A concepção de linguagem como prática social implica compreender que os usos da língua variam conforme os contextos de produção e recepção, os interlocutores, os objetivos e os suportes utilizados. Assim, a escola deve oferecer aos alunos experiências diversificadas com a linguagem, favorecendo o desenvolvimento de competências comunicativas amplas.

Outro fundamento importante da proposta é o reconhecimento da escola como espaço de ampliação do repertório linguístico e cultural dos alunos. Isso exige do professor um trabalho consciente e planejado, que articule leitura, produção de texto, oralidade e análise linguística em situações significativas e contextualizadas. A língua, nesse sentido, é compreendida como constitutiva do sujeito e da sociedade.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA ÁREA DE LINGUAGENS

O documento define as competências gerais da área de Linguagens como aquelas que visam ao desenvolvimento da capacidade de expressão, compreensão e intervenção no mundo por meio da linguagem. Essas competências estão voltadas para o uso crítico e criativo da língua nas suas diferentes modalidades e manifestações, envolvendo práticas de leitura, escuta, produção oral e escrita, além da análise e reflexão sobre os usos da linguagem.

Entre as competências gerais destacam-se:

- Compreender e utilizar a linguagem oral e escrita como meio de expressão, comunicação e informação;
- Dominar os gêneros textuais orais e escritos em diferentes contextos;
- Refletir sobre os usos da língua, considerando suas variedades e normas;
- Desenvolver o gosto pela leitura e pela produção textual;
- Utilizar a linguagem de forma ética e responsável.

Essas competências estruturam-se em habilidades específicas que devem ser desenvolvidas ao longo dos anos do Ensino Fundamental, com ênfase na progressão contínua do aprendizado.